

3/7/2018

Contratualização

Eduardo Caramalho defende concursos o mais próximo possível das redes atuais dos operadores

A entrada em vigor do novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP) representa uma profunda alteração ao modelo institucional de planeamento e gestão do serviço público de transporte de passageiros e do quadro legal de organização do respetivo mercado em Portugal. Em declarações exclusivas à Transportes em Revista, Eduardo Caramalho, administrador da Valpi Bus, defende que **«não me parece mal que sejam os municípios, as CIM's e as áreas metropolitanas a coordenar toda a componente de gestão dos transportes e da mobilidade»**, uma vez que **«são eles que conhecem o terreno»**. Contudo, o responsável admite que **«houve e há muita precipitação»** em avançar com o novo regime, isto porque **«o Estado levou seis anos a delegar competências nas autarquias»**. Eduardo Caramalho sublinha que se perdeu **«tempo precioso (...) necessário para capacitar as novas autoridades e prepará-las para assumirem as responsabilidades que agora lhes despejaram em cima»**.

O administrador da Valpi Bus explica que também que **«a imposição da contratualização pela União Europeia coloca-se quando se fala de dinheiros públicos e obrigações de serviço público, porque quem paga deve garantir que está a pagar pelo menor preço e pelo serviço economicamente mais sustentável»**. Todavia, questiona-se sobre o trabalho feito pelos operadores portugueses que asseguram transporte público pelo país, admitindo que **«nada»** recebem pelo serviço prestado. **«Quer isto dizer que nós podemos andar a desenhar soluções para problemas que ainda não criamos»**, reitera.

Para Eduardo Caramalho, **«o transporte público sempre foi assegurado com regras»**, assim como as redes de transportes, existentes há anos, **«nunca foram um grande problema nacional»**. Questionado sobre quem deverá definir as redes de transporte, daqui para a frente, o administrador responde que **«é preciso que se saiba que há uma realidade dinâmica de alterações de serviço todos os anos operadas pelas várias empresas»**, e que estas vivem e dependem **«exclusivamente da receita do transporte de pessoas a quem temos de dar resposta sem perder o equilíbrio e a sustentabilidade operacional»**.

Sobre a possibilidade de existirem “vazios” no serviço de transporte em várias regiões, Eduardo Caramalho refere que **«se o nível de serviço que se pretender for acima do que hoje têm, terá de existir necessariamente a compensação»**, ainda assim, sublinha que **«as empresas fazem o que podem»**. Para o responsável, **«nesta fase inicial, o que for**

lançado a concurso deve ser o mais próximo possível das redes atuais dos operadores». Explica também que: «numa primeira fase, pode-se aproveitar para realizar os ajustes que são necessários. Falo de adequação de horários ou frequências, das sobreposições de linhas, de mais exigências de qualidade do serviço e da frota, o que se quiser; (...) e numa segunda fase, com o conhecimento que entretanto se adquiriu, podemos partir para soluções mais amplas e alargadas».

Não perca a entrevista na íntegra ao administrador da Valpi Bus, Eduardo Caramalho, na edição número 180 da Transportes em Revista.

Nota: Recorde-se que a contratualização será o principal tema da conferência **Transportes: Contratualização**, uma parceria Transportes em Revista e JPAB – José Pedro Aguiar-Branco Advogados, a realizar-se no próximo dia 22 de março, em Braga.

Por: Pedro Venâncio

Fonte: